

Sem atender às demandas da categoria, Canal de Denúncias é para “inglês ver”

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Medida atende apenas exigência do mercado norte-americano de ações, excluindo as denúncias de irregularidades que o Sindieletro faz há anos, como as terceirizações das atividades-fim e o desrespeito à NR 10

No início de 2000 o mundo se surpreendia com a descoberta de que empresas norte-americanas, dentre elas a gigante Enron, do setor de energia, manipularam seus balanços financeiros para favorecer alguns investidores. Para evitar mais fraudes, o Congresso dos Estados Unidos aprovou, em 2002, uma lei chamada Sarbanes Oxley (nomes de seus autores), que estabelece critérios de “governança corporativa” e de divulgação dos balanços financeiros de empresas que negociam ações em bolsas de valores norte-americanas. Apesar dessa lei ser dos EUA, ela é também aplicada às empresas estrangeiras que vendem ações no território norte-americano, incluindo a Vale do Rio Doce, Petrobrás, bancos brasileiros e Cemig.

Uma das exigências da lei é que a empresa prove aos investidores norte-americanos que possui uma gestão transparente. Neste ponto, a Cemig já se apressa para se adaptar à exigência e obter a certificação de controles internos, criando o “Canal de Denúncia Anônima”, uma medida que já está sendo anunciada para todos os eletricitários através da intranet e correspondências enviadas para o trabalhador. Pelos critérios estabelecidos, só poderão ser encaminhadas denúncias de fraudes financeiras, apropriação

indevida de bens e recursos, vantagens indevidas por dirigentes e empregados, contratações irregulares e outras práticas ilegais.

Para o Sindieletro, a transparência na gestão deve ser uma prática cotidiana da Cemig, desde que esta prática garanta a atenção especial e solução para todas as questões que o sindicato vem denunciando há anos, como as irregularidades nas terceirizações das atividades-fim, no cumprimento da Norma Regulamentadora 10 (NR 10), na cobrança abusiva das tarifas e nos critérios subjetivos para o enquadramento e avaliação de desempenho no PCR, dentre outras. Nem mesmo informações simples, como o pedido de esclarecimentos sobre o processo de licitações do sistema de informática SAP e de móveis na Sede da Cemig, o sindicato teve retorno.

Sem efeito algum

Marcelo Correia, diretor do Sindieletro, avalia que a criação do Canal de Denúncia Anônima “é só para inglês ver”. Segundo ele, os critérios para o uso do Canal envolvem práticas padronizadas sem efeito algum. “A Cemig nomeou o superintendente jurídico para receber as denúncias. Fica a pergunta: qual trabalhador, mesmo dizendo que é anônimo, vai fazer uma denúncia contra a dire-



Sem transparência: inúmeros protestos e denúncias foram ignorados pela Cemig nos últimos anos

ção da empresa?”, questiona. Ele acrescenta que as denúncias serão relatadas ao Conselho Fiscal da empresa, quando na verdade deveriam ser enviadas para os Ministérios Públicos Estadual e Federal para serem investigadas pela Polícia Federal, uma vez que se trata de empresa estatal, ou seja, o sócio majoritário é o estado e não os acionistas de Nova York.

O diretor aponta a censura do governo do estado como mais um dificultador para o devido encaminhamento das denúncias. Ele critica que, se as denúncias do Sindieletro e da oposição política ao governo de Aécio Neves sequer são publicadas nos grandes jornais mineiros, não será a Superintendência Jurídica da Cemig que vai tomar a iniciativa de divulgar as irregularidades apontadas no Canal de Denúncia.

De acordo com Marcelo, uma gestão seria de fato transparente se o governo estadual e os Poderes Legislativo e Judiciário fossem independentes e fortalecidos. “A corrupção é um problema na gestão pública e para combatê-la de fato temos

que ter estatais, pessoas e organismos públicos fortes e isentos”, enfatiza.

Para o dirigente sindical, a categoria sabe distinguir exatamente o que funciona e o que não funciona na Cemig. “No PCR, por exemplo, os trabalhadores sabem que as distorções são tantas que o Plano de Carreira já não funciona, é também para inglês ver”, ressalta.

Pressão

O representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Cemig, Alexandre Heringer, lamenta que o Canal de Denúncia Anônima tenha sido criado por pressão do mercado norte-americano de ações. “É até uma boa iniciativa, contudo, lamentamos que este Canal seja criado em função de uma lei americana. Ele deveria funcionar como um meio mais democrático e transparente para gerir a empresa pública, garantindo abertura às demandas dos trabalhadores, que há anos cobram soluções para os problemas de acidentes de trabalho, o assédio moral e as terceirizações, dentre outros”, critica.

Empreiteira “abandona” trabalhador após acidente gravíssimo

Vítima de um acidente gravíssimo na rede elétrica, ocorrido há três meses, o eletricitista da empreiteira E.M. Construções Elétricas Ltda, Nilton Alves Maia, 28 anos, enfrenta, agora, o descaso e abandono da empresa terceirizada.

Sem as duas pernas e com a mão e braço esquerdo imobilizados, o eletricitista e sua família não obtiveram apoio algum dos antigos patrões.

Saiba mais na página 3

Trabalhadores da Sá Carvalho entram com Dissídio

Diante da intransigência da Cemig, não houve outra alternativa senão recorrer ao Dissídio Coletivo para garantir a manutenção do atual ACT

Depois de várias reuniões com o Comitê de Negociação, os trabalhadores da Cemig/Sá Carvalho rejeitaram as duas contrapropostas apresentadas, pois estavam muito abaixo da Pauta de Reivindicações e do que

foi conquistado pelos eletricitários da holding. No dia 12 passado, quando venceu a data-base da categoria, o sindicato entrou com Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalho, para garantir a manutenção do ACT atual.

Mesmo com o dissídio já instaurado, a empresa chamou uma reunião de negociação no dia 15. “Pensamos que seriam revistas pelo menos as questões das PR’s e do enquadramento. Afirmaram uma coisa na mesa,

mas na prática as promessas não se realizaram”, destacou Wolmar Ferreira de Paula, diretor da Regional Vale do Aço do Sindieleiro.

Lúcio Parrela, diretor de Formação, avalia que o dissídio é uma alternativa para se buscar aproximar o ACT da Sá Carvalho ao da Cemig, porém o fundamental é a mobilização permanente dos trabalhadores de forma a obter avanços nas negociações.

tão manifestando solidariedade ao pessoal da Usina. “Esse envolvimento solidário tende a se multiplicar; pois vamos expor estas dificuldades para os demais eletricitários nos próximos dias”, avaliou Wolmar.

Segundo ele, a usina segue o modelo de gestão da Cemig, é gerenciada pelo pessoal da Cemig (GA), e desde o falecimento do antigo supervisor, no início de 2006, a supervisão da equipe está a cargo de um funcionário da Cemig. “A Sá Carvalho é uma empresa com capital 100% CEMIG, que tem apresentado ótimo desempenho econômico. Portanto, a discriminação não se justifica”, destaca.

A usina está localizada no município de Antônio Dias, no Vale do Aço e possui potência instalada de 78 MW.

Empreiteira impõe termo com prejuízos para trabalhadores

Foto: José Carlos Souza

No dia 16 de janeiro, leituristas terceirizados da Holos fizeram paralisação de uma hora em frente à sede da empresa, no bairro Floresta, em BH. Eles protestam contra a imposição por parte da empreiteira de que assinem um termo de responsabilidade pelo equipamento (microcoletor) utilizado no horário de serviço.

O sindicato teve acesso a esse termo, que explicita que o microcoletor é “de propriedade da Cemig, e foi repassado a Holos para execução de serviços de leitura de medidores”. Indica ainda que cabe ao trabalhador “a responsabilidade sobre todos e quaisquer danos que venham a ocorrer; nos termos do Artigo 159 do Código Civil”. Destaca que se for constatada imperícia ou imprudência por parte do leiturista, ele será responsabilizado pelos prejuízos ocorridos, inclusive em caso de acidentes e roubos.

Segundo o diretor de Saúde e Segurança Jairo Nogueira Filho, como os microcoletores e outros equipamentos são instrumentos de trabalho, problemas em sua utilização devem ser previstos e resolvidos entre a Cemig e as empreiteiras. “O trabalhador deve zelar pela conservação do aparelho, mas não pode arcar financeiramente com possíveis danos. A empresa está transferindo uma responsabilidade que é sua”, avalia.

Essa prática de responsabilizar o trabalhador não é nova. Em 2004, a Cemig distribuiu ce-



Leituristas da empreiteira Holos paralisam as atividades

lulares para os eletricitistas do plantão, e tentou fazê-los assinar um termo de responsabilidade semelhante ao da Holos. Jairo lembra que os trabalhadores não aceitaram essa medida, se recusando a assinar o termo. O sindicato apoiou os eletricitistas, pois considera que não existe justificativa para qualquer tipo de responsabilização do trabalhador.

Sobrecarga

Os trabalhadores da Holos enfrentam outro problema grave. Para alcançar o índice de produtividade imposto pela empresa, muitas vezes têm que trabalhar aos sábados, porém sem receber as horas-extras. Além disso, a empresa convocou o pessoal para trabalhar em um dos sábados de janeiro, para atender ao calendário de leitura da Cemig. Quem não pôde ir teve o dia cortado, além de per-

der os abonos produtividade (R\$ 20,00) e assiduidade (R\$ 20,00), e também a cesta-básica.

Estes terceirizados têm que fazer uma média de 500 leituras por dia, faça chuva ou sol. Muitas vezes, são mal recebidos por consumidores indignados com os altos valores da conta de energia. Trabalham com pessoal reduzido, o que sobrecarrega ainda mais a já cansativa rotina. Sofrem pressão para atingir índices, que, muitas vezes, só beneficiam a própria empresa e a Cemig.

Segundo o diretor Herom Raimondi Lima, a terceirização tem um custo social muito grande. “Os lucros da empresa não podem ser calcados nesse modelo de gerenciamento, que penaliza o trabalhador. Não só o sindicato, mas toda a categoria deve repudiar esse tipo de prática, pois além de trabalhadores, somos cidadãos”, avaliou.

Solidariedade

Apesar do histórico de discriminação e pressão, os trabalhadores da Usina de Sá Carvalho deram uma demonstração de força e mobilização nesta Campanha Salarial. Como aconteceu em 2006, os companheiros da Cemig também es-

FALA O que você acha do Canal Denúncia Anônima criado pela Cemig? TRABALHADOR

Fotos: Benedito Maia



Acredito que não vai funcionar. Acho que o próprio corpo de empregados da Cemig é dotado de



É preciso ter muita calma nesta hora. Delatar é muito feio para as duas partes. A história da

boa índole, ética e honestidade. Vejo esta iniciativa como desnecessária e que só atente o mercado internacional de ações. Este canal não abrange outras questões nas relações de trabalho. A Cemig não considera as denúncias de acidentes de trabalho, ignora que ao utilizar a atividade isolada desrespeita a NR 10. Além disso, há certas atitudes das chefias que são muito condenáveis, mas continuam acontecendo sem punição, como o assédio moral.

Paulo Hilário de Souza,
agente comercial, Cidade Industrial

ditadura é um eterno aprendizado e nos filmes americanos o nível de quem delata é baixíssimo. É preciso muita competência para apurar qualquer denúncia e mesmo com muita competência se comete injustiças. Na vida temos o ditado: “cego é aquele que não enxerga ou é aquele que não quer enxergar”. Este é justamente o meu sentimento, a gente vê coisas que ocorrem na Cemig que estão erradas e a empresa não toma uma atitude.

Adalberto Luiz Cardoso,
agente de negócios, Cidade Industrial

Trabalhador acidentado, tenta, agora, superar o abandono de empreiteira

Foto: Mariângela Castro

Três meses depois de serví-tima de um acidente gravíssimo, no dia 16 de outubro de 2006, o eletricitista da empreiteira E.M Construções Elétricas Ltda, Nilton Alves Maia, 28 anos, ainda sofre as conseqüências da ganância, irresponsabilidade e negligência da empresa terceirizada e da própria Cemig.

O eletricitista se acidentou quando trabalhava na substituição de uma cruzeta, na área rural de Delfinópolis, Sul de Minas, e devido ao forte choque elétrico, ele passou pela violência de ter que amputar as duas pernas e ficar com mão e o braço esquerdo imobilizados. Como se não bastasse tamanha tragédia, Nilton e sua família

ainda enfrentam o abandono e o extremo descaso da direção da empreiteira, que tenta se safar de suas responsabilidades.

Durante os dois meses de internação no Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, nenhum responsável da E.M. procurou a família, que mora em Passos, ou visitou o eletricitista para prestar solidariedade e oferecer ajuda financeira. Naquele momento era o que mais precisava Alessandra Alves da Silva, que só conseguiu pagar as contas e acompanhar o tratamento do marido em BH porque contou com a solidariedade de parentes e colegas de trabalho de Nilton. A população de Passos também ajudou, aderindo

em massa a uma campanha de doações de alimentos encampada por uma emissora de TV.

A indiferença à dor e ao desespero da família chegou ao extremo da empreiteira permitir que a família de Nilton fosse pressionada a pagar pelos serviços da ambulância que o transportou para BH no dia do acidente.

Direitos trabalhistas

No último dia 18, o diretor de Saúde e Segurança do Sindieletro, Jairo Nogueira Filho, o diretor administrativo, Herom Raimondi Lima, e a médica do trabalho Ana Lúcia Murta, junto com a reportagem do Chave Geral, estiveram em Passos e constataram que, além do desrespeito aos direitos humanos, a empreiteira não fez depósitos do FGTS devidos ao eletricitista e o salário base que constou no contracheque no ano de 2005 – R\$ 1.050,00 – foi rebaixado para R\$ 497,00 em 2006, sem sequer ser registrado em carteira, assim como também grande parte das horas extras de Nilton.

O preço pago pelas irregularidades da E.M Construções Elétricas saiu muito caro para o trabalhador: no cálculo do INSS, o eletricitista só tem direito a receber R\$ 389,00 do benefício de auxílio acidente. Nilton trabalhou na E.M. durante um ano e sete meses e diz que nunca recebeu um treinamento da empreiteira.

Abandonado

“Tenho a alegria de contar com a solidariedade de muita gente, mas também tenho uma profunda tristeza por ter sido abandonado pela empreiteira. Enquanto trabalhei mais de 12 horas por dia, até 15 dias seguidos, sem folga, sábado, domingo e feriados, estava tudo bem, mas quando mais precisei dos patrões, fui abandonado, e isto dói demais”, desabafou Nilton. Alessandra também



Nilton e sua esposa Alessandra lamentam o descaso e a indiferença dos antigos patrões

lamenta o descaso da empreiteira. Segundo ela, a E.M. só procurou a família depois que a situação foi denunciada por uma reportagem de TV. “Fiquei até com vergonha de admitir em público que eu e minha filha de nove anos estávamos com muita dificuldade, mas depois percebi que toda a solidariedade que recebemos é que nos dá força para prosseguir”, confessou.

Empreiteira nega

O proprietário da empreiteira E.M., Elvio Meireles da Silva, que inclusive é aposentado da Cemig, negou que tenha faltado solidariedade a Nilton e sua família. “Estamos acompanhando todo o processo do acidente, inclusive visitamos o Nilton no hospital e entramos com documentação no INSS para requerer a aposentadoria, além de tentarmos agilizar a liberação do seguro”, afirmou. Ele reconheceu a diferença de salário no contracheque e na carteira de trabalho, antecipando que a própria empresa está interessada na revisão do benefício. Contudo, ele não reconheceu o pagamento de horas extras sem registro.

Mas o diretor de Saúde e Segurança do Sindieletro, Jairo

Nogueira Filho, desmente Elvio Meireles. De acordo com Jairo, “a cartilha” dos proprietários da empreiteira quando há acidentes de trabalho é uma só: “eles mentem”. Ele lembra que a direção do sindicato está acompanhando o caso do Nilton desde o dia do acidente e não houve qualquer apoio da empreiteira. “O que eles tentam agora é retirar direitos do trabalhador e de sua família, e isto o Sindieletro não vai permitir”, avisa.

Violência

A médica do trabalho do Sindieletro, Ana Lúcia Murta, avalia que a tragédia de Nilton é mais um caso de violência no trabalho que, infelizmente, não é percebida pela maioria das pessoas. “A violência urbana choca as pessoas, mas a maioria delas não sabe que o acidente de trabalho é um ato de violência profunda contra o trabalhador. Da mesma forma que a vítima da violência urbana se sente desamparada com a ausência da Polícia e falta de apoio do estado, o trabalhador sofre com a perda da capacidade de trabalho, não se sente mais útil, se sente marginalizado, envergonhado. É violência física, social e mental”, destacou.

Carta aos Eletricistas

Companheiros e companheiras da Cemig,

Desde dia 02 de janeiro de 2007 estou desligada da Cemig. Recebi e aceitei o convite para trabalhar junto à Diretoria da Funcef, o Fundo de Pensão dos Trabalhadores da Caixa Econômica Federal.

Foram 29 anos e alguns meses de Cemig, dos quais seis passei como Diretora Executiva do Sindieletro, e nove como Diretora Eleita da Forluz. Ocupar estes cargos foram oportunidades inestimáveis, pois foi através deles que pude crescer como ser humano e como profissional, adquirir conhecimentos e experiências que não estão disponíveis nas universidades. O convite feito pela Funcef é prova disto.

Gostaria de agradecer estas oportunidades que me foram dadas pela categoria, a confiança e também as críticas, muitas vezes duras e injustas, mas que sempre foram ouvidas, pois mais que os aplausos, são as críticas que nos colocam no caminho certo e nos fazem evoluir. A nossa categoria tem um espírito de solidariedade e companheirismo que precisam ser preservados, apesar das tentativas de enfraquecê-lo.

Tenho certeza que soube honrar a confiança dos companheiros da Cemig. Não por não ter cometido erros, mas pela certeza de que fiz o melhor que pude como ser humano falível que sou.

Vai ficar muita saudade, mas é só por um breve tempo. Não vou me desligar da Forluz, e quando me aposentar, voltarei a pertencer à categoria eletricitária como aposentada.

Então, é um até logo, colocando-me à disposição de vocês lá em Brasília.

Claudia Ricaldoni

INSS quer dividir gastos com acidentes de trabalho

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Desde 2005, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) decidiu começar a aplicar o artigo 120 da Lei nº 8.213, que ainda não era usado, apesar de existir desde 1991. O dispositivo permite que o INSS tente recuperar valores de benefícios em casos de negligência da empresa em relação às normas de saúde e segurança do trabalhador, através de ações judiciais regressivas.

A Previdência começou a intensificar a proposição dessas ações, como resultado das resoluções das conferências sobre Saúde do Trabalhador realizadas nos últimos anos. Essas ações pedem que as empresas arquem com 50% dos valores pagos com benefícios e pensões relacionadas a acidentes do trabalho.

Ana Lúcia Murta, médica do trabalho do Sindieletro, avalia que o Estado não pode arcar com uma conta que não é sua, mas das empresas que não cumprem as normas técnicas de proteção à saúde do trabalhador. *“Quem faz a empresa é o trabalhador, que sofre as consequências desse fazer ao longo do tempo. Portanto, é responsabilidade do empregador implantar essas normas, que vão permitir um trabalho de qualidade e com mais segurança”*.

Redução de acidentes

Segundo matéria do jornal Valor Econômico, o INSS já distribuiu processos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Amazonas. Das 21 ações que chegaram aos tribunais regionais federais com decisão de mérito, 14 são favoráveis ao INSS. Em Minas Gerais, uma das decisões mais recentes se deu em processo movido contra a Minera-



Cemig que se cuide: a Previdência está processando as empresas que não cumprem as normas de saúde e segurança

ção Sul Ita. O Judiciário considerou neste caso que a suposta semi-embriaguez do funcionário não retirou totalmente a responsabilidade da empresa sobre o acidente.

Em nota, o Ministério da Previdência diz que as ações têm “caráter educativo”. O órgão diz que no Amazonas, Estado com o maior número de ações regressivas, já houve redução do número de acidentes do trabalho. Na área da construção civil de Manaus, os acidentes fatais caíram em 81% de 2004 a 2005.

Negligência da Cemig

Para o sindicato, assim como as demais empresas, a Cemig também está sujeita a processos do INSS por negligência nos acidentes de trabalho.

Marcelo Borges, diretor de Comunicação do Sindieletro, lembra das inúmeras denúncias que o sindicato já encaminhou ao Ministério Público do Trabalho, à DRT e outras autoridades apontando os recordes de acidentes fatais de trabalho com eletricitários, sem que a empresa tomasse, até o momento, nenhuma atitude eficiente para mudar o quadro de tragédias.

“Agora que há o risco da Cemig ter prejuízos financeiros por causa desses acidentes, é muito provável que a direção da empresa veja os acidentes com um outro olhar”, destacou.

Movimentos sociais cobram punição dos acusados pelo crime de Unai

No próximo dia 28, completam-se três anos do assassinato dos auditores fiscais do trabalho e do motorista do Ministério do Trabalho e Emprego, no município de Unai. Movimentos sindicais e sociais estão preparando atividades para cobrar a prisão e a condenação dos acusados e mandantes do crime.

No próximo dia 26, às 15 horas, será realizado um ato público na sede da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais (av. Amazonas, 311/6º andar – BH). Além disso, serão realizados no dia 28 culto ecumênico e “Ato por Justiça e Julgamento Já!”, no local do crime.

O presidente da CUT/

MG e diretor do Sindieletro, Lúcio Guterres, avisa que as centrais sindicais mobilizarão suas bases e a sociedade para que o 28 de janeiro se transforme em um dia nacional de denúncia contra a impunidade. Ele informa que a CUT está disponibilizando ônibus para levar os manifestantes até Unai.

Ameaças continuam

Eratóstenes, João Batista, Nelson e Ailton foram assassinados em uma estrada rural de Unai, quando faziam fiscalizações nas fazendas da região, que identificavam casos de trabalho escravo. A Polícia Federal prendeu e indiciou nove pessoas por envolvimento no crime, dentre eles, os fazendeiros

Antério e Norberto Mânica.

A Justiça Federal decidiu que oito acusados devem ser submetidos a júri popular, mas Antério Mânica, eleito prefeito de Unai adquiriu o direito de ser julgado em foro especial. Desde então, os acusados apresentaram sucessivos recursos com o objetivo de protelar o julgamento.

Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, apesar da grande repercussão do crime, outros casos de ameaças continuam ocorrendo. *“Em todo o país, sucedem-se os casos de agressões verbais e físicas e cerceamento das ações fiscais”*, alerta o Sindicato.



CUT reúne juventude trabalhadora

A CUT-MG realiza no próximo dia 27, o II Encontro Estadual da Juventude Trabalhadora, em sua sede, situada à rua Curitiba, 786 – 2º andar, Centro de Belo Horizonte, das 08h às 17h.

Poderão se inscrever trabalhadores e trabalhadoras com até 35 anos de idade.

Os interessados em participar devem entrar em contato com a Secretaria de Formação do Sindieletro, pelo telefone (31) 3238-5000

As inscrições se encerram no dia 25.

Para maiores informa-



ções, entre em contato com a CUT-MG, através do e-mail cutmg@terra.com.br